

SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: OS CONDICIONANTES ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS PARA A PERMANÊNCIA OU O ABANDONO DO CAMPO PELA JUVENTUDE NA REGIÃO DA CANTUQUIRIGUAÇU.

JAQUELINE SOPSCHUK PEREIRA¹, ALESSANDRA DE CASSIA SOLANO SILVA²,
LUIZ CARLOS DE FREITAS³

1 Introdução

Este trabalho é resultado de estudos teóricos e empíricos, bem como de reflexões e debates do grupo de pesquisa “*Questão agrária e juventude rural: trabalho, educação e cultura camponesa – JURATEC*” da UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul – campus de Laranjeiras do Sul, PR. Por intermédio do projeto de pesquisa “*Sucessão familiar rural: os condicionantes econômicos, sociais e culturais para a permanência ou o abandono do campo pela juventude na região da Cantuquiriguaçu*”, durante dois anos, estudamos a questão agrária brasileira por meio da leitura de autores clássicos que se dedicaram a esta temática, desde os anos de 1960 (CASTRO, 1965; GUIMARÃES, 1977; OLIVEIRA, 2007; SODRÉ, 1979), juntamente com estudos estatísticos das condições do campo brasileiro e de nossa região, na atualidade⁴. Para isso, utilizamos basicamente os censos agropecuários do IBGE dos anos de 2006 e 2017, tecendo uma comparação dos dados destes dois censos. Juntamos a esses estudos um conjunto de pesquisas sobre a juventude rural na atualidade, realizadas em algumas regiões do Brasil e, finalizamos com a pesquisa empírica realizada por nós em três municípios da região Centro-Sul do Paraná, especificamente no território da Cantuquiriguaçu.

2 Objetivos

O objetivo principal de nossa pesquisa foi apontar os motivos principais e secundários

1 Graduanda do curso de Pedagogia, UFFS Campus Laranjeiras do Sul-PR, Grupo de Pesquisa Questão Agrária e Juventude Rural: Trabalho, Educação e Cultura Camponesa, contato: jaquelinesopschuk2000@hotmail.com.

2 Graduanda do curso de Pedagogia, UFFS Campus Laranjeiras do Sul-PR

3 Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana, Mestre em Educação, docente da UFFS Campus Laranjeiras do Sul-PR

4 Esta pesquisa foi publicada em formato de capítulo de livro, conforme referência a seguir: FREITAS, L.C. JUVENTUDE RURAL E A BUSCA DO CAMINHO PARA A SUA EMANCIPAÇÃO - condicionantes socioeconômicos e culturais impostos pelo sistema latifundiário brasileiro. In: FREITAS, L.C [et al.]. Imperialismo, questão agrária e educação. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021, pp. 137-194.

que levam a juventude à abandonar o campo e partir para as cidades e como estes motivos se vinculam à educação, ao trabalho, à cultura, ao ganho econômico e ao lazer, de modo que possamos refletir criticamente sobre a possibilidade de uma transformação no campo que possa conter ou minimizar este êxodo rural entre a Juventude de nossa região. Para chegarmos à compreensão científica sobre esta questão, foi necessário realizar uma série de estudos teóricos referente a questão agrária brasileira, utilizando-se da literatura clássica produzida ao longo do século XX até a atualidade. Para isso elencamos também como objetivos em nossa pesquisa 1. Estudar a questão agrária brasileira em relação com o abandono do campo pela juventude; 2. Levantar dados de nossa região referente ao êxodo da juventude rural nos últimos 10 anos; 3. Apontar os principais problemas da região da Cantuquiriguaçu que tem levado a juventude à migrar do campo para a cidade; 4. Analisar o impacto da UFFS – Laranjeiras do Sul sobre a zona rural da região, especialmente para a Juventude e se a mesma tem interferido na permanência do jovem no campo.

3 Metodologia

A pesquisa foi realizada pelo método materialista histórico-dialético, observando aspectos positivos e negativos do campo brasileiro, sem cair no romantismo camponês, que vê o campo como o local da vida tranquila e sem preocupações e, por outro lado, não vendo também o campo como local de atraso e de sofrimento. Utilizamos para nossa análise referenciais bibliográficos clássicos da questão agrária brasileira, que apontam os problemas estruturais do nosso modo de produção (Capitalismo burocrático), bem como pesquisas atuais sobre o tema. Realizamos a pesquisa de campo através de visitas à algumas comunidades camponesas de nossa região, onde prevalece a agricultura familiar, realizando entrevistas semiestruturadas com as famílias, contudo, devido a pandemia não foi possível concluir a pesquisa neste formato, tivemos que optar por enviar alguns questionários online, o que a nosso ver prejudicou significativamente nosso trabalho.

4 Resultados e Discussão

Os dados estatísticos que tivemos acesso (IBGE, IPARDES e CONAB), bem como as pesquisas bibliográficas dos clássicos da literatura brasileira sobre a questão agrária, as pesquisas atuais sobre este tema, que analisamos em algumas regiões do país e a nossa

pesquisa estatística e empírica regional, apontam para a mesma direção: a concentração da propriedade da terra e a permanência do sistema latifundiário é histórica no Brasil, o que nos mantém, desde a chegada dos portugueses no início do século XVI, como uma colônia de exploração, servindo aos interesses do desenvolvimento externos do capitalismo europeu.

Comparando os censos agropecuários de 2006 e 2017 observamos que a concentração fundiária aumentou neste período, em 2006 as áreas acima de 1.000 hectares tinham 45% da área total do país, em 2017 esta área sobe para 47,6%. No caso de nossa região, o aumento foi ainda maior. Tomando os três municípios pesquisados, Laranjeiras do Sul, Cantagalo e Rio Bonito do Iguaçu, observamos um aumento de 4%, enquanto a nacional foi de 2,6%. Aqui a concentração se deu nas propriedades entre 200 a 500 hectares.

Esta concentração impactou diretamente sobre o trabalho no campo. Em números absolutos, passa-se 16.568.205 de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários com vínculo familiar em 2006, para 15.105.125 em 2017. Uma diminuição de 1.463.080 pessoas trabalhando na pequena produção camponesa, entre os anos de 2006 e 2017 (IBGE, 2019, p. 71). No caso específico da juventude, entre 2006 a 2017, houve uma diminuição de mais de 70.000 jovens com menos de 25 anos no campo brasileiro, caindo de 170.583 para 100.357.

Outra questão central que a pesquisa nos proporcionou compreender é referente ao desenvolvimento desigual do capitalismo. O capitalismo se instaurou primeiro na Europa, com a revolução industrial. Em pouco tempo entrou em crise e já no século XIX havia exaurido sua capacidade de se reproduzir apenas na Europa. Surge aí uma nova fase do capitalismo, o imperialismo, que dura até os dias atuais. Vemos então uma nova partilha do mundo, em que cada potência se adona de alguns países para que estes sejam seus serviçais, transformando-os em suas colônias ou semicolônias (LENIN, 1982). Compreender esta questão faz toda a diferença em nossa compreensão sobre a questão da juventude rural de nossa região, uma vez que não temos como fugir da realidade concreta em que vive esta camada social da classe camponesa, isto é, o capitalismo burocrático, ancorado nas relações econômicas semifeudais e semicoloniais.

A partir desta premissa voltamos então nosso olhar para as pesquisas já feitas com a temática da juventude rural. (PUNTEL, PAIVA e RAMOS, 2011; OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014; LIZARAZO e THOMAS JUNIOR, 2016, p. 254), As três pesquisas acima apresentadas dão importantes contribuições para compreendermos o êxodo da juventude rural e as possibilidades para que esta permaneça no campo, contudo, constatamos que nenhuma delas conseguiu chegar à base estrutural causadora da expulsão da juventude do

campo, que, a nosso ver é o sistema latifundiário.

Para concluir nossa pesquisa, com intuito de compreender empiricamente a questão da concentração de terras na vida da juventude rural, aplicamos questionário para 30 jovens de três municípios da região da Cantuquiriguaçu. A partir dos dados desta pesquisa empírica, percebemos que o trabalho é central para a juventude rural, pois, os filhos e filhas de famílias de pequenos e médios produtores que conseguem manter sua propriedade, e têm uma renda periódica, demonstram mais apego e pretensão de continuar vivendo no campo.

5 Conclusão

Fica claro para nós, após exaustivo estudo da situação fundiária de nosso país, que vivemos ainda sob resquícios feudais, num sistema de vassalagem, em que camponeses pobres sem terra e com pouca terra estão submetidos diretamente aos latifundiários e, estes, conjuntamente aos governos, que agem como gerentes do imperialismo, submetem toda a produção aos interesses das potências imperialistas, especialmente aos EUA. A juventude pertencente às famílias de camponeses pobres, cujo processo de territorialização do monopólio e do velho latifúndio lhes impede o acesso à terra, fica sem alternativas de produção de renda que possa garantir seu sustento no campo. A juventude filha de camponeses médios, embora possua uma área de terra, não consegue definir autonomamente como gerir sua renda, obrigando-se aceitar a ditadura da produção imposta pelo processo de monopolização do território (OLIVEIRA, 2014). Esta juventude do campo, vinculada a pequena e média agricultura, precisa de uma atividade laboral, primeiramente para produzir sua existência material, mas também para se realizar enquanto ser humano. O desafio é conjugar o trabalho embrutecedor que sobra aos jovens camponeses pobres à luta pela superação desta forma de trabalho e sua substituição pelo trabalho emancipador. Por isso afirmamos que a luta central em nosso país é a luta contra o sistema latifundiário, que prevalece há mais de quinhentos anos como esteio da semifeudalidade e da semicolonialidade da qual todo povo é vítima.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento da safra brasileira – grãos – safra 2020/21*. Brasília: Conab, 2020.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Senso agropecuário 017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Perfil dos municípios*. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-dos-municipios-0>. Acesso em 04/10/2021.

LÊNIN, Wladimir Iitrich. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. In: ____ *Obras escolhidas em três em três tomos*. Volume 1. São Paulo: São Paulo, 1982.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros; THOMAS JUNIOR, Antonio. *Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI*. Dossiê acampamentos, reforma agrária e trabalho no campo. Revista Pegada – vol. 17, n.2, 2016, pp. 251-268. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4726>. Acesso em 04/10/2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da agricultura brasileira*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e outros. *Território em conflito, terra e poder*. Goiânia, Kelps, 2014.

OLIVEIRA, Luciano Benini; RABELLO Diógenes e FELICIANO, Carlos Alberto. *Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa*. Mundo do trabalho. Revista Pegada – vol. 15, n. 1, 2014, pp.136-150. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3032>. Acesso em 04/10/2021.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel e RAMOS, Marília Patta. *Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo*. Anais do I circuito de debates acadêmicos. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso em: 04/10/2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Palavras-chave: Juventude rural; Políticas públicas; Educação; Trabalho; Cultura

Nº de Registro no sistema Prisma: PES 2019-0549

Financiamento: UFFS.